

PERCEPÇÕES PESSOAIS, TRAJETÓRIAS ESCOLARES E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Máximo Augusto Campos Masson
Universidade Federal do Rio de Janeiro
maxmasson@ufrj.br

Leonardo Fortes Gomes
Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
falecomleogomes@gmail.com

Suzana Barros Correa Saraiva
Universidade Federal do Rio de Janeiro
suzanasaraiva@uol.com.br

Resumo: trabalho analisa perspectivas profissionais de concluintes do ensino médio de rede pública, matriculados no turno da noite, buscando apreender as percepções que desenvolvem sobre inserção no mercado de trabalho e construção de carreiras profissionais. Consideramos os efeitos sutis resultantes de posicionamentos diferenciados no campo social e da escolarização de seus pais e familiares, apesar de nosso universo de pesquisa ser constituído integrantes das chamadas “classes populares”, procurando perceber as diferenças quanto às possibilidades diferenciadas de mobilidade social que esses estudantes aparentam ter. Análise desenvolveu-se com base, em especial, nos estudos de Bourdieu e Lahire e foram empregadas técnicas que mesclaram instrumentos de pesquisa de teor qualitativo e quantitativo.

1. INTRODUÇÃO

Vinculado à pesquisa por nós desenvolvida sobre trajetórias escolares e profissionalização, este trabalho objetiva analisar como concluintes do ensino médio avaliam suas perspectivas profissionais e/ou acadêmicas, tendo em consideração suas trajetórias escolares.

O prolongamento da escolarização é um indicador da modernização, com efeitos sobre os modos de sociabilidade e de compreensão da realidade. Indivíduos mais escolarizados têm expectativas de futuro pautadas por padrões culturais tipicamente modernos, em geral internalizados por meio da experiência escolar, que lhes permitem, como Giddens sublinhou, construir suas identidades mediante um “projeto reflexivo”. (GIDDENS, 1991).

Mas se fundamentais para a conformação de indivíduos modernos, podem ser atribuídos significados diversos às trajetórias escolares, mesmo quando se semelhantes, em especial quanto ao seu papel na definição de “futuros possíveis” dos indivíduos.

A importância atribuída à trajetória escolar pode, conforme a compreensão que dela tenham os agentes sociais, ser minimizada, sobretudo, quando estes apresentam um grau de escolarização inédito em suas famílias, caso de muitos dos atuais alunos das redes públicas brasileiras. Entre estes, não é incomum, imputar maior relevância a outros fatores do que às suas trajetórias escolares concretas para a definição de suas “vidas de adulto”.

Se, no Brasil, temos um contínuo aumento da presença de jovens das classes populares no ensino médio, não podemos desconsiderar que isto se fez em meio às atribuições econômicas das últimas décadas do século XX, nas quais se intensificou a informalidade e o desemprego, além de maiores dificuldades para a obtenção do primeiro emprego¹.

Assim, colocamo-nos diante de um quadro contraditório. O ensino médio, cada vez mais, é considerado imprescindível para o ingresso na economia formal, inclusive pelos jovens das classes populares, como indica a intensa demanda pelo mesmo. Para a empregabilidade, maior escolarização é um instrumento estratégico, por possibilitar aos indivíduos, a princípio, qualificação mínima e atributos comportamentais, permitindo-lhes responder positivamente às atuais exigências das atividades laborais. Contudo, nem sempre a escolarização obtida significa a garantia de acesso a ocupações mais qualificadas e de ascensão social.

O término do ensino médio, como assinala Kober (KOBBER, 2009), é momento de decisão. Apresentam-se aos concluintes diversos “futuros imediatos”, que podem ser: continuar os estudos em um curso superior; ingressar em um curso técnico profissionalizante; considerar findos os “tempos de escola” e buscar entrar, de imediato, no mercado de trabalho; procurar articular estudo e trabalho (nem sempre em atividades dentro do campo profissional desejado) ou ficar, simplesmente, desempregado.

Frente a essas possibilidades, a “escolha” não resulta de desejos ou dons intrínsecos **desses** estudantes. Ao contrário, variáveis diversas a configuram, como suas histórias pessoais e familiares e, em especial, o *habitus* de classe² de que são portadores.

Porém o reconhecimento de determinantes estruturais na percepção das perspectivas de futuro e avaliação das trajetórias escolares não nos deve levar a uma compreensão reducionista da realidade social. Devemos atentar para diferenciações resultantes de situações de socialização individuais distintas, mesmo se as diferenças existentes sejam bastante sutis e os envolvidos ocupem posições similares no campo social. Assim, poderemos analisar formas e usos da organização do “*patrimônio individual das disposições*” como sublinha Lahire (LAHIRE, 2004: 30).

Como para os estudantes de segmentos sociais superiores, a conclusão do ensino médio é para os jovens das “classes populares”, alunos de escolas públicas estaduais, um momento, mesmo que circunstancial, de definição do futuro. No entanto, distintamente dos primeiros, esta definição se faz mediada pelo reconhecimento de que a escola não os preparou, de fato, para uma bem sucedida inserção no competitivo mercado de trabalho ou em instituições de ensino superior de maior qualidade.

A frustração frente à escola provoca um “sentimento de engodo”, como afirma Correa (CORREA, 2009). Tal sentimento é perceptível em discursos estudantis que, em afirmações contraditórias, valorizam a escola, idealizando-a como instituição, reconhecendo sua importância na atualidade, mas não atribuem maior significância, para a obtenção de uma futura carreira profissional, à escola em que efetivamente frequentam ou frequentaram³.

Os próprios critérios (desses estudantes ou de seus responsáveis) empregados para escolha da escola indicam a “desvalorização da escola real”. Se para segmentos sociais

superiores a seleção fundamenta-se, em geral, no grau de excelência escolar, espelhando visões sobre a escola e as ações dela esperadas, próprias às suas classes de origem, tal não acontece necessariamente com as “classes populares”. Critérios como: proximidade da residência ou do trabalho, possibilidade de obtenção de vaga ou a presença de amigos e familiares na escola podem ser mais fundamentais. Entre os estudantes por nós estudados, muitos afirmaram que optaram pela escola em que estavam em função de aspectos aparentemente “menores” como não haver falta de professores, algo nem sempre comum em escolas estaduais do Rio de Janeiro.

2. A ESCOLA E OS ESTUDANTES

A escola em que estudavam os jovens de nossa pesquisa, se localiza em um subúrbio carioca da zona norte do Rio de Janeiro. Foi criada, nos anos quarenta, por uma empresa concessionária de transporte público para os filhos de seus funcionários e incorporada à rede estadual na década de setenta. É classificada como escola de padrão elevado de qualidade pela Secretaria Estadual de Educação, possui 43 turmas, com aproximadamente mil e novecentos alunos, distribuídos em turnos da manhã, da tarde e da noite. Possui instalações (salas com ar condicionado e aparelhos de DVD e som) nem sempre são encontradas em outras escolas estaduais do Rio de Janeiro.

Segundo os funcionários mais antigos, houve a partir dos anos noventa uma significativa mudança no alunado, provocando queda na qualidade do ensino e maior ocorrência de indisciplina.

O grupo por nós investigado se constitui de 75 estudantes, de 17 a 24 anos, de duas turmas da 3ª série do noturno. Por suas características sociais, não diferem da maioria dos matriculados em outras escolas da rede estadual dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro.

Todos pertencem a segmentos sociais subalternos, isto é, à classe operária ou a camadas baixas das classes médias urbanas⁴. Salvo raras exceções, residem com seus familiares.

Empregamos como instrumentos de pesquisa questionários semi-abertos e entrevistas, além de técnicas próprias à descrição etnográfica e observação *in loco*. Os questionários destinavam-se aos estudantes e as entrevistas foram realizadas com professores, funcionários e ex-dirigentes da escola, além dos estudantes. Utilizamos dados sobre os alunos disponibilizados pela escola.

Apesar do alto percentual de estudantes que trabalham, inclusive entre menores⁵, é preciso observar que um contingente ponderável (30,7%) não trabalhava. Para estes, a opção pelo estudo à noite resultou de dois fatores principais: estímulo institucional para a transferência para o terceiro turno em função do desempenho escolar⁶ e menor oferta de vagas nos outros turnos da escola ou em outras próximas às suas casas.

Se o grau de distorção ou defasagem na relação idade-série escolar não fosse tão expressivo, nosso universo abrangia quase exclusivamente jovens de 17 (idade considerada adequada para conclusão do ensino médio) ou 18 anos, porém, quase metade - 41,3% - dos entrevistados encontrava-se acima desta idade.

Apesar de não ser raro encontrarmos situações marcadas por esforços familiares para possibilitar o sucesso escolar de filhos ou parentes⁷, nem sempre esses esforços são comuns às famílias das “classes populares”, por força de razões diversas, que conformar um espectro que vai da escassez de capital econômico e/ou cultural à “implosão” dos vínculos afetivos familiares. Distinto do geralmente vivenciado por estudantes com baixo desempenho escolar pertencentes a famílias de segmentos sociais superiores, nos quais predomina a valorização da continuidade da escolarização em detrimento à inserção precoce no mercado de trabalho, muitos jovens das classes populares são claramente pressionados a assumirem como foco primeiro de suas vidas o trabalho e não a escola, notadamente quando o insucesso é a tônica de seus percursos escolares.

Um fraco desempenho escolar é um indicativo, segundo as percepções do senso comum popular, da existência de uma incapacidade própria para os estudos, seja por falta de aptidão intelectual (de “inteligência”), de dom (de “vocação”) ou de vontade pessoal (de “gosto”). Esta incapacidade, manifesta em atitudes e comportamentos, denotaria a ausência da autodisciplina necessária ao sucesso escolar. E entre o desinteresse pela escola e a opção pelo trabalho, esta última pode, com bastante facilidade, ser privilegiada não só pela família como pelo próprio estudante.

A importância da inserção no mercado de trabalho ao término da adolescência é ainda mais expressiva ao observarmos os dados sobre as famílias dos estudantes em tela.

A maioria dos seus pais ou responsáveis, conforme tabela 02, trabalha como operários (45,3%), estando 76,5% empregados no setor de serviços, atuando em funções de baixa qualificação. Os mais qualificados trabalham, geralmente, em empresas de manutenção e conservação e de alimentos ou são trabalhadores por conta própria.

38,7% dos estudantes pertencem às baixas camadas das classes médias. Desses 58,6% são filhos de assalariados de maior qualificação, atuantes no setor de serviços (militares de baixa patente, gerentes de comércio, professores, entre outros profissionais). 41,4% são filhos de trabalhadores autônomos do setor de serviços (taxistas, representantes comerciais, etc) ou de microempresários (pequeno comércio ou prestadores de serviço, etc).

Tabela 02
Distribuição dos estudantes segundo posição social

POSIÇÃO DE CLASSE	PERCENTUAL
Operária (setor industrial)	10,7
Operária (setor de serviços)	34,7
Baixas classes médias (assalariados)	22,6
Baixas classes médias (pequenos empresários ou autônomos)	16,0
Não informaram	16,0

Apesar das diferenciações quanto ao pertencimento de classe (com efeitos aparentemente muito sutis, porém significativos, sobre a posse de capital cultural e social), não existem grandes distâncias entre as rendas das famílias, salvo raras exceções. Assim, 24% delas têm renda

igual ou abaixo de 03 salários mínimos e 41,%, aproximadamente, 04 salários mínimos e 24%, superior a 05 salários mínimos.

A maioria dos entrevistados já se inseriu no mercado de trabalho (muitos em ocupações informais ou de baixa qualificação), ainda que, no momento de realização de nossa pesquisa, 28% estivessem desempregados. O fator idade parece preponderar sobre qualquer outro no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Enquanto 45% dos estudantes com menos de 18 anos nunca trabalhou, a maioria dos demais (73%) trabalha ou está desempregada.

A inserção precoce no mercado de trabalho parece vincular-se fortemente ao pertencimento de classe. Dos menores de 18 anos que trabalham 58,3% são filhos de operários semiqualeificados do setor de serviços. 25% se situam nas baixas classes médias, sendo quase todos (75%) filhos de assalariados do setor de serviços.

Mas se as pressões de ordem financeira recaem com força contínua sobre as famílias dos segmentos subalternos, é necessário observar que nem sempre a necessidade de ampliação de renda por parte dessas famílias se traduz, mecanicamente, em um indiscriminado desmerecimento da importância de se assegurar, do melhor modo possível, a continuidade das trajetórias escolares. Se o trabalho pode, como opção principal, se sobrepor à escolaridade, isto não se concretiza sem mediações diversas processadas no interior do espaço familiar. Desta maneira, é preciso atentar para a existência de ações no âmbito familiar, muitas vezes inconscientes, que visam permitir “chances” de sucesso escolar. Essas ações expressam as formas como familiares percebem as funções da escola e constroem suas expectativas, nem sempre concretizadas, quanto à ação desta última sobre seus entes próximos. De modo geral, essas ações, que podem significar uma ampliação pessoal da jornada de trabalho, objetivam postergar o ingresso no trabalho dos estudantes ou minimizar a jornada de trabalho dos que já trabalham.

A ocorrência de ações desse tipo em algumas de suas famílias contribui para que a maioria do grupo estudado, independente de sua posição social, afirme pretender dar continuidade aos seus estudos (84%), considerando ser muito viável a obtenção de um certificado profissional ou diploma universitário e, ao menos tempo, continuar trabalhando. Somente 4% declararam ser muito possível não estudarem mais. Todos eles já trabalhavam e são filhos de operários, que têm apenas o ensino fundamental.

3. TRAJETÓRIAS ESCOLARES E OPÇÕES PROFISSIONAIS

A quase absoluta homogeneidade das respostas dos entrevistados sobre possibilidades de inserção no mercado de trabalho e construção de uma carreira profissional poderia fazer com que as considerássemos como muito pouco fecundas para nossa investigação, especialmente porque afirmações tão positivas sobre dois assuntos muito valorizados no espaço da escola (o sucesso profissional e continuidade nos estudos), poderiam ser classificadas como adequações a possíveis julgamentos de valor dos entrevistadores, tal como ressaltaram Bourdieu (BOURDIEU, 1983) e Thiolent (THIOLENT, 1987).

Responder positivamente ao desejo de continuar os estudos seria uma forma, implícita, de legitimar a instituição escolar, na medida em que dessa forma se afirmaria o intento fundador de toda escola: proporcionar a aprendizagem de conhecimentos necessários à obtenção de posições socialmente consagradas.

Assim, as falas dos estudantes reproduziriam a ideologia meritocrática, segundo a qual a educação é o instrumento de mobilidade social, que pode proporcionar ascensão social aos menos dotados de capital econômico.

Neste sentido, se hoje, como assinala Correa (CORREA, 2009), grande parte dos jovens das classes populares considera a escola como um espaço de experiências de sociabilidade e somente a valere como espaço de aprendizagem formal após o término da vida escolar, ocasião em que perceberiam que através dela poderiam ter obtido conhecimentos e habilidades fundamentais para trajetórias profissionais mais bem sucedidas e socialmente legitimadas, entre os estudantes por nós investigados, a percepção da escola é algo distinta.

Para eles, cuja maioria já trabalha, o trabalho é tema constante de suas conversas, redefinindo, por conseqüência, o significado da experiência escolar. Apesar de reconhecerem as limitações da escolarização que possuem, suas visões sobre a escola são distintas das de alunos de outros turnos, para os quais o cotidiano do trabalho não é, em geral, preocupação mais imediata.

Se relações entre escolarização e sucesso profissional são apontadas pelos entrevistados, em especial através de manifestações de desejos de dar continuidade aos estudos para que possam, dessa forma, construir uma carreira profissional, quando analisamos suas afirmações sobre o tipo de instituição em que pretendem ingressar, às áreas profissionais desejadas e os possíveis efeitos da sua trajetória escolar sobre essas escolhas, revelam-se, em toda sua força, os determinantes sociais que pesam sobre esses estudantes, sobressaindo os efeitos decorrentes das diferenças de *habitus* de classe e do compartilhamento (ou não) do capital cultural entre a escola e suas famílias.

Incide sobre a definição de suas perspectivas profissionais, o reconhecimento de não serem dotados de uma formação escolar com as características necessárias para empreender uma disputa, em que participem outros agentes sociais mais qualificados, por melhores colocações no mercado de trabalho. Para eles, estes outros, fatalmente, os superarão, conquistando posições que estão fora de suas possibilidades imediatas, por não possuírem competências e habilidades negadas pela frágil formação escolar que possuem.

Assim, se buscam ascender socialmente, o fazem segundo suas compreensões acerca de suas possibilidades efetivas, mesmo quando isto se faz sob a forma mistificada do reconhecimento de vocação ou dom pessoal, legitimando, inconscientemente, os limites que lhes foram socialmente impostos quanto à apropriação de determinado capital cultural⁸.

A ideologia do dom (BOURDIEU, 1983) legitima a ausência de ações familiares norteadas pelo objetivo de empreender racionalmente a concretização de uma opção profissional para seus integrantes, que lhes permita efetiva de mobilidade social. Aparentemente, pela força

das pressões que sofrem cotidianamente, em decorrência da sua condição de classe, algumas famílias não conseguem, objetivamente, realizar tal empreendimento⁹.

Se os “possíveis” futuros de seus filhos parecem decorrer muito mais de forças que estão acima das suas, por sua vez, esses mesmos “futuros” são compreendidos como sendo decorrentes de “características individuais naturais”: o dom, a personalidade, a sorte ou a “força de vontade”. Em outras palavras, as trajetórias individuais são entendidas como resultantes de atributos pessoais inatos ou de um jogo de circunstâncias fortuito, sobre o qual, ao contrário dos socialmente superiores, suas capacidades de interferência são bem mais diminutas. A instabilidade, o imponderável, o acaso (fatores que, por vezes, alimentam sonhos de realização pessoal) são elementos muito mais presentes no imaginário desses segmentos sociais, nos modos como tendem a conceber a realidade e o futuro. Distinguem-se, assim, de outros segmentos sociais, posicionados acima no campo social, que avaliam os “futuros possíveis” (suas trajetórias pessoais e de seus familiares) como, sobretudo, produtos de atos racionais e objetivos, de exercícios de autodisciplina aprendidos e praticados mediante processos de socialização, entre os quais, os escolares.

Dessa maneira, vem a ser muito mais difícil para os socialmente dominados - por vezes uma tarefa quase impossível - empreender a socialização de seus filhos dentro de parâmetros disciplinares semelhantes aos requeridos no universo escolar, ou seja, promover, no âmbito familiar, dispositivos que possibilitem sucesso escolar similar aos dos que se estão situados em posições próximas ao pólo dominante do campo social¹⁰.

Contudo, como estudar tornou-se condição necessária, embora não suficiente, para alcançar a almejada ascensão social, os estudantes por nós pesquisados, ainda que de formas distintas daquelas dos socialmente superiores, conseguiram construir dispositivos para permanecer no universo escolar. Se submetendo a processos de escolarização sabidamente inferiores, introjetaram, percepções sobre a escolarização, que por justamente conterem certa dose de verdade permitiram a concretização da violência simbólica, que, conforme assinalou Bourdieu “*extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em ‘expectativas coletivas’, em crenças socialmente inculcadas*” (BOURDIEU, 1997, p. 170).

Mas se a crença na escolarização como fator de mobilidade social lhes foi, indiscriminadamente, inculcada, isto não significa que as interpretações que fazem da realidade sejam idênticas. Diferenças de pertencimento de classe e experiências individuais de situações sociais singulares são vitais para a produção de expectativas sobre o futuro profissional e a percepção de suas trajetórias escolares. Tendo em conta essas considerações, analisamos as visões dos estudantes sobre dois pontos importantes para a configuração de suas expectativas profissionais: as possibilidades de continuidade dos estudos e o processo escolha da carreira profissional.

Quanto à continuidade dos estudos nem todos pretendam ingressar em curso superior¹¹. Embora desejo da maioria (53,3%), tal alternativa é, para muitos, algo remoto, não imediato. Submetidos a fortes pressões econômicas, alguns estudantes necessitam, com rapidez, superar

a ausência de qualificação profissional. Empreendem, assim, uma racionalização de suas oportunidades educacionais.

Assim, o ingresso em um curso superior pode ser considerado menos adequado para o sucesso pessoal, tendo em vista a relação entre os esforços para ingressar e permanecer num curso e as perspectivas reais de obter sucesso numa carreira de nível superior. Embora dissimulada pelos discursos sobre dons pessoais ou “vocações naturais”, a racionalização empreendida pelos entrevistados acerca das suas possibilidades de carreira profissional termina fazendo com que optem por alternativas “menos nobres”, nas quais visualizam maiores benefícios materiais.

Entre essas alternativas encontram-se os cursos profissionais pós-secundários ou o ingresso nas forças armadas e na segurança pública, em postos inferiores. Se a primeira alternativa significa o exercício de uma profissão socialmente reconhecida, a segunda é vista como uma via rápida para assegurar estabilidade empregatícia e benesses pelo exercício do cargo.

A tabela 3 apresenta o quadro de opções do grupo de estudantes, cujos determinantes esboçaremos a seguir.

Tabela 03
Distribuição dos estudantes conforme escolhas profissionais e/ou cursos pretendidos

Cursos/Carreiras	Percentual
Pós-secundários (áreas comerciais e/ou administrativas)	08,0
Pós-secundários (área industrial)	06,7
Pós-secundários (sem informação de área)	05,3
Forças Armadas	12,0
Superiores	52,0
Sem definição de escolha	16,0

Nos candidatos a cursos pós-secundários predominam filhos de operários, sobretudo entre os candidatos a cursos na área industrial. Em sua maioria, os que têm esta opção já trabalham, mesmo os menores de 18 anos (20%) e sempre estudaram em escolas públicas.

Seus pais estão empregados em indústrias e suas mães são, em sua maioria, empregadas domésticas ou auxiliares de serviços gerais. Só 20% possuem o ensino médio.

Ao contrário dos estudantes das baixas classes médias que explicitaram ser a maior facilidade de ingresso em cursos pós-secundários o principal fator de suas escolhas, esses estudantes sublinharam que suas expectativas decorreriam de dons inatos, manifestos na facilidade para realizar trabalhos “práticos”. Facilidade o que não teriam com relação a atividades mais “burocráticas”, onde as habilidades de leitura e escrita seriam mais exigidas.

O apelo aos “dons pessoais” termina por justificar as opções por atividades profissionais que podem ser mais facilmente acessíveis em virtude de menor capital cultural. Em nome de inatas vocações naturais legitimam-se escolhas que provém de trajetórias escolares mais frágeis,

o que contribui para a reprodução de seus posicionamentos no campo social, mesmo que essas opções lhes permitam a obtenção de salários mais elevados entre os pagos ao operariado.

Similarmente a esses últimos, os estudantes filhos de operários que pretendem realizar cursos nas áreas comercial e administrativa, também já ingressaram, em sua maioria (67%), no mercado de trabalho. Cerca de 2/3 desses estudantes possuem 19 ou mais anos de idade.

Seus pais atuam predominantemente no setor de serviços, em funções semi ou não qualificadas. A maioria das mães não exercia nenhuma atividade profissional, se dedicando exclusivamente às atividades domésticas ou a trabalhos ocasionais sem vínculo empregatícios, mesmo que informais. As famílias desses estudantes são as que apresentam menor renda.

Os pais desses estudantes apresentam baixa escolaridade, tendo cursado (completa ou parcialmente) só o ensino fundamental.

Se existem semelhanças entre as trajetórias escolares desses dois grupos, há diferenças significativas quanto à justificativa para a escolha dos cursos pós-secundários. Se os que optam por cursos da área industrial afirmam a posse de dons pessoais, os que optam por cursos de caráter comercial ou administrativo apresentam dois outros argumentos. Os mais velhos (com 19 ou mais anos de idade), ressaltam a maior facilidade de ingresso nesses cursos, demonstrando preocupação em obterem rapidamente melhor posição no mercado de trabalho. Os mais novos, ressaltando as dificuldades de ingresso imediato em curso superior, que seria necessariamente em público, sublinham que esses cursos podem proporcionar o acesso a empregos de melhor remuneração. Ambos os grupos, sinalizam o desejo de se distanciarem de ocupações de menor qualificação e tipicamente “manuais, como as dos seus pais.

Todos os estudantes pertencentes às camadas mais baixas das classes médias que optam por cursos pós-secundários (22%) afirmam que desejam realizar cursos nas áreas de serviços.

A maioria deles (70%) são filhos de assalariados. Os demais são filhos de microempresários ou profissionais autônomos do setor de serviços. Todos os pais desses estudantes concluíram o ensino médio, sendo que um terço se graduaram em algum curso superior. Só os que não possuíam 18 anos não trabalhavam.

Aspecto importante deste grupo refere-se à faixa etária: 50% possuem mais de 20 anos. A maior idade indica trajetórias escolares marcadas por insucessos, com significativa defasagem na relação idade/série. Essa situação parece ser responsável por eles, ao contrário de muitos de seus pais, preferirem os cursos profissionalizantes aos cursos superiores. Esta escolha, especialmente se atentarmos que um terço desses estudantes se encontrava desempregada no momento de nossa pesquisa, também demonstra que buscam uma via rápida para a ocupação de posições mais favoráveis no mercado de trabalho, inclusive por força de sua maior idade. A maioria dos entrevistados considera esses cursos um caminho fácil para a profissionalização.

Quanto aos estudantes que pretendem uma carreira militar ou policial (12%), predominam os integrantes de camadas mais baixas das classes médias baixas, sendo 60% são filhos de militares de baixa patente (só 10% são filhos de operários)¹². Todos estudaram sempre em escolas públicas municipais ou estaduais e possuem menos de 19 anos.

É significativo que esta escolha tenha sido feita principalmente por estudantes das baixas classes médias com maior capital econômico. Quando consideramos os entrevistados, a renda familiar destes é igual ou superior a quatro salários mínimos, mas, com raras exceções, não há – ao menos na forma material dos diplomas escolares – posse de maior capital cultural, dos dispositivos culturais mais valorizados no âmbito da instituição escolar: 60% dos pais só possuem o ensino fundamental, embora 10% tenham um diploma superior.

Esta dicotomia entre a posse de capital econômico e a posse de capital cultural parece contribuir para que esses estudantes optem por uma carreira que, ao mesmo tempo, possibilita um distanciamento da condição de trabalhador manual, assegura uma dada estabilidade profissional, mas não exige os requisitos de excelência escolar próprios a outras carreiras. Como os estudantes de origem operária que desejam realizar cursos pós-secundários na área industrial, que, a princípio, também não são igualmente herdeiros das formas de capital cultural socialmente legitimado, a maioria desses últimos estudantes também declarou ser a escolha feita resultante de vocação natural.

Se correlações entre origem social e opções profissionais nos casos mencionados, quando a preferência é o ingresso em um curso superior aparentemente os efeitos do pertencimento de classe parecem ser minimizados.

A preferência, em especial de estudantes de origem operária pelo ensino superior¹³ parece à primeira vista, ser paradoxal, pois, se seguirmos as formulações próprias ao senso comum, essa deveria a opção menos provável.

Um primeiro fator explicativo para tal seria o poder de assegurar recompensas materiais e simbólicas, que a conclusão de um curso superior pode vir a acarretar, principalmente numa sociedade como a brasileira, em que o fenômeno do bacharelismo se faz presente ao longo de nossa história.

Um segundo fator, que só reafirmaria o primeiro, seria a submissão aos efeitos da inculcação da ideologia do dom, várias vezes reafirmada pelos estudantes em seus discursos. Porém é preciso atentar para o fato de que se a ideologia intervém nas interpretações dos estudantes sobre suas perspectivas profissionais, isto ocorre sobredeterminado por outros fatores, como procuraremos demonstrar, ainda que sumariamente.

Os estudantes situados nas camadas baixas das classes médias justificam suas opções por cursos superiores principalmente de duas formas, o que nos permite dividi-los em dois grupos, com faixa etária semelhante (em torno de dezoito anos ou menos). O primeiro é constituído pelos que, embora não neguem possível vocação natural para suas escolhas, pretendem matricular-se em instituições particulares, em virtude da avaliação que fazem das suas chances reais de ingresso em uma instituição pública e dos recursos financeiros que eles ou suas famílias possuem para assegurar a permanência no curso. O segundo grupo é dos estudantes que vinculam a escolha de carreira a uma vocação inata e almejam ingressar em uma instituição pública, considerando pouco provável o ingresso em uma privada.

Em sua maioria, os pais desses estudantes, ao menos, iniciaram um curso superior, o que faz com que se apresente como “natural”, a opção de realizar um curso superior, mesmo que isto ocorra em instituições de menor excelência acadêmica.

Observemos que quase todos esses estudantes objetivam cursos das ciências humanas, notadamente direito e administração ou mesmo licenciaturas. No caso dos estudantes que fizeram essa última opção, eles pretendem ingressar em cursos públicos e consideram a escola de modo mais positivo do que seus demais colegas, demonstrando ter, de alguma forma, ocorrido o estabelecimento de maiores vínculos entre eles e a escola e uma apreciação menos crítica de suas trajetórias escolares.

Quanto aos estudantes de origem operária, também podemos alocá-los em dois grupos. O primeiro, constituído por estudantes (32%), de idade superior a 18 anos e que já trabalham. Seus pais, em parte concluíram do ensino médio, estão empregados no setor industrial e suas famílias apresentam maior renda, em torno de 4 salários mínimos. Esses estudantes pretendem também ingressar em um curso superior de uma instituição privada, por motivos iguais aos indicados por seus colegas pertencentes às baixas camadas das classes médias. Observemos que aqui, afora as justificativas em torno do dom, as opções pelo ensino superior parecem ser resultantes da combinação de dois fatores, que se interligam: possibilidades de recursos financeiros, em algum grau, reais para o pagamento dos cursos (em especial os de tecnólogos) e a tendência à ampliação da escolarização de acordo com as gerações que caracterizaria as sociedades modernas, tal como assinalado por Bourdieu (BOURDIEU, 1998).

O segundo grupo é de estudantes entre 17 e 20 anos, que desejam ingressar exclusivamente em instituições públicas, por falta de recursos. Seus pais apresentam menor escolaridade, muitas vezes apenas o ensino fundamental incompleto e a renda familiar é inferior a 4 salários mínimos. Considerando suas trajetórias escolares, a opção pelo ingresso em uma instituição pública aparenta ser, à primeira vista, improcedente, fazendo com que este desejo possa ser compreendido tão somente como a resultante de efeitos combinados na crença no dom pessoal e na percepção da educação superior como mecanismo principal de ascensão social.

No entanto, longe de serem simplesmente improcedentes, suas aspirações também resultam de uma racionalização de suas possibilidades, visto que os cursos pretendidos são os considerados de menor prestígio acadêmico e menos disputados por estudantes de segmentos sociais superiores, tornando, aparentemente, menos difícil a disputa por uma vaga. Esta estratégia não significa, entretanto, que esse grupo de estudantes não se defronta com maiores dificuldades para concretização de seus objetivos de mobilidade social. De modo semelhante aos demais grupos que compõem o conjunto de nosso universo de pesquisa, recaem duramente sobre eles os efeitos negativos decorrentes da posição que ocupam no campo social e das trajetórias escolares que construíram.

Submetidos a fortes pressões econômicas, e sentindo a ausência de uma formação escolar de maior qualidade, os estudantes por nós pesquisados ao empreenderem suas escolhas profissionais, portanto, ao construírem visões de seus “futuros possíveis” oscilam entre realizar

tais escolhas a partir de um projeto reflexivo, caracterizado por Giddens como sendo uma marca do indivíduo moderno e a afirmação mais ou menos ingênua de serem dotados de um dom que legitimaria o intento de alcançar seu pretendido sucesso profissional mediante opções cujas exigências se encontram, em grande parte acima de suas possibilidades reais e, deste modo, constroem, inconscientemente, obstáculos para sua própria mobilidade social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Tradução de Jeni Vaistman. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

_____. Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998.

CONNELL, R. W., ASHENDEN, D. J., KESSLER, S e DOWSETT, G. W. Estabelecendo a Diferença: Escolas, Famílias e Divisão Social. Tradução de Ruy Dias Pereira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, 7ª ed.

Correa, L. M. A inconciliável relação jovens, mundo da escola e mundo do trabalho. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. julho de 2009, Rio de Janeiro, acessível em http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_23_21_55.pdf

ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GRAMSCI, A. Cartas do Cárcere. Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 2ª edição.

INEP. <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>.

INEP. <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>

INEP. <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>

IPEA. Editorial. Desafios do Desenvolvimento, nº 3". Brasília: 2009 acessível em http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=7065.

KOBER, C. M. Tempo de decidir: produção da escolha profissional entre jovens do ensino médio. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, julho de 2009, acessível em http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_14_54_57.pdf

LAHIRE, B. Retratos Sociológicos. Disposições e Variações Individuais. Tradução de Didier Martin e Patrícia Chittoni ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. *Sucesso escolar nas classes populares: as razões do improvável*. Tradução: Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática. 2008;

NOSELLA, P. A Escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

OIT. Desemprego Juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. - Brasília : OIT, 2001, acessível em <http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=26>

OIT. Global Employment Trends for Youth. Genebra: OIT, 2006, acessível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_077664.pdf.

OIT. Trabalho Decente e Juventude na América Latina. OIT. Brasília: OIT, 2007, acessível em

<http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=306>

THIOLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1987.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. (Apresentação de Roberto da Matta), Petrópolis: Vozes, 1978.

(Endnotes)

- 1 A OIT (OIT, 2006), informa ser de 13,5% a taxa mundial de desemprego entre os indivíduos de 15 a 24 anos na metade da primeira década do século XXI, havendo cerca de 85 milhões de jovens procurando emprego em todo o mundo. Na América Latina e Caribe, 16,6% da juventude estaria desempregada, sendo que esta situação pode ser agravada pela crise econômica mundial.
- 2 O conceito de *habitus* é aqui empregado segundo a elaboração de Bourdieu, em duas de suas obras: “Estrutura, habitus e prática” (Bourdieu, 1982) e “A Gênese dos conceitos de *habitus* e de campo” (Bourdieu, 1989)
- 3 A tendência à valorização de uma escola idealizada contraposta à desvalorização da escola que realmente freqüentaram ou freqüentam se faz também presente entre o grupo por nós estudado.
- 4 A definição do pertencimento de classe desses estudantes tem por fator preponderante a ocupação profissional do principal responsável pela sustentação econômica da família, seja este o pai, a mãe ou outro familiar próximo.
- 5 54,6% dos estudantes com menos de 18 já trabalhavam ou estavam trabalhando até recentemente.
- 6 Segundo o senso comum docente, por serem em grande número estudantes e trabalhadores, não seria cabível exigir maiores performances escolares dos alunos da noite.
- 7 Veja-se, neste sentido, análises realizadas em cenários nacionais distintos, mas tendo por objeto principal famílias operárias ou das chamadas “classes populares”, como as de Connell (1995) e Lahire (2008).
- 8 Somente 24% dos entrevistados reconhecem que a escolha da carreira profissional que pretendem seguir decorreu do fato da mesma ser de mais fácil acesso. 41,3% afirmaram possuir uma “vocação natural” para a carreira profissional em que esperam ingressar e por isto a elegeram, mesmo que essas carreiras não sejam tão socialmente consagradas.
- 9 Para uma análise das ações familiares sobre o sucesso ou insucesso escolar das classes populares, veja-se o trabalho de Lahire já mencionado (LAHIRE, 2008)
- 10 Gramsci, de modo menos sistemático (GRAMSCI, 1978; NOSELLA, 1992) e Elias (1994), também salientaram as dificuldades das “classes populares” exercerem maior autodisciplina.
- 11 Entre os que afirmaram pretender dar continuidade imediata aos seus estudos, 30,2% não pretendem ingressar em cursos superiores.
- 12 Embora as expectativas de ascensão social estejam presentes entre os estudantes pertencentes às baixas classes médias, a tendência à autoreprodução e manutenção das posições sociais ocupadas, mesmo que não claramente percebida, é maior do que entre os de origem operária. Isto pode ser observado no desejo dos estudantes que são filhos de militares de seguir a carreira profissional de seus pais.
- 13 56% dos estudantes filhos de pais operários afirmaram dar continuidade imediata aos seus estudos ingressando em um curso superior contra 45% dos estudantes integrantes das baixas camadas das classes